



GOVERNO FEDERAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE
DEFICIÊNCIA



ATA SUMÁRIA DA XLVII REUNIÃO PLENÁRIA
REALIZADA EM 02 e 03 DE AGOSTO DE 2006.

1 Nos dias dois e três de agosto de dois mil e seis, no Ministério Público Federal, SAF Sul, Quadra 04,
2 Auditório do Bloco F - Térreo/Brasília - DF, foi realizada a quadragésima sétima Reunião Ordinária do
3 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. **1. Abertura:** A reunião foi
4 presidida pelo **Presidente Alexandre Carvalho Baroni**, que saudou a todos os presentes, agradeceu a
5 presença da **Dra. Ela Wiecko de Castilho** – - Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, e apontou
6 que a sala onde estava sendo realizada a reunião não era a ideal, mas que atendia bem. Em seguida,
7 passou a palavra à **Dra. Ela Wiecko de Castilho** que agradeceu ao **Presidente Alexandre Carvalho**
8 **Baroni**. A **Dra. Ela Wiecko de Castilho** disse da satisfação em sediar a reunião e destacou a
9 importância da reunião acontecer no Ministério Público Federal, destacando que tal situação dá
10 publicidade sobre a parceria existente entre CONADE e Ministério Público Federal. A seguir, o
11 **Presidente Alexandre Carvalho Baroni**, solicitou a aferição de quorum com chamamento nominal
12 dos presentes. Estavam presentes: **Organizações Governamentais:** Casa Civil da Presidência da
13 República, Celso Lourenço M. Correa e Mariana B. de Mello Parente; Ministério da Ciência e
14 Tecnologia, João Carlos Martins Neto; Ministério da Cultura, Ritamaria Silva Aguiar;
15 Ministério da Educação, Kátia Aparecida M. Barbosa; Ministério da Justiça, Rafael Moreira de
16 Aguiar; Ministério da Previdência Social, Tereza Augusta dos S. Ouro; Ministério da Saúde,
17 Sheila Miranda da Silva; Ministério das Comunicações, Denise Costa Granja; Ministério das
18 Relações Exteriores, Fernando Ribeiro; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
19 Fome, Ana Maria Lima Barbosa; Ministério do Trabalho e Emprego, Rogério Lopes Costa Reis;
20 Ministério do Turismo, Maria Madalena Nobre; Ministério dos Transportes, Marcos C. Souza
21 Bandeira; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ivana de
22 Siqueira; CONPED Minas Gerais, FLÁVIO OLIVEIRA; Conselho Municipal de Defesa da
23 Pessoa com Deficiência de Londrina, Martinha Clarete D. dos Santos; CONSELHO MUNICIPAL
24 DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE NITERÓI, Márcio Castro de Aguiar. **Sociedade Civil:**
25 Associação Brasileira de Medicina e Reabilitação, Mauro Meirelles Pena; Associação Brasileira
26 de Autismo, Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; Associação Brasileira dos Ostomizados,
27 Cândida Maria Carvalheira Bittencourt; Associação Nacional do Ministério Público de Defesa
28 dos Direitos das Pessoas Idosas e com Deficiência, Maria Aparecida Gugel; Confederação
29 Nacional do Comércio, Janilton Fernandes Lima; CONFEA, Renato de Melo Rocha; Central
30 Única dos Trabalhadores, Flávio Henrique de Souza e Isaias Dias; Conselho Nacional dos

31 **Centros de Vida Independente, Alexandre Carvalho Baroni; Federação das Associações Renais e**
32 **Transplantados do Brasil, José Cláudio Barriguelli; FENAPAE, Adinilson Marins dos Santos e**
33 **Marilene Ribeiro dos Santos; Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, Lizair de Moraes**
34 **Guarino; Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, Shirley Vilhalva; MORHAN,**
35 **Valdenora da Cruz Rodrigues, Cristiano Cláudio Torres e Artur Custódio; Ordem dos**
36 **Advogados do Brasil, JOELSON DIAS; União Brasileira dos Cegos, Adilson Ventura e Edivaldo**
37 **da Silva Ramos. Observadores: Ministério Público Federal, Ela Wiecko Volkmer de Castilho;**
38 **PRT, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca; Cláudio Drewex José de Siqueira; Associação dos**
39 **Funcionários do Banco Santander Banespa e Conselho Municipal de São Paulo, Marly dos**
40 **Santos; CORDE, Patrícia Almeida; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/Ministério**
41 **Público Federal, Flozilene Oliveira; Centro de Apoio ao Surdo, Nilma P. da Silva (Intérprete);**
42 **Tatiana Arantes Martins (Intérprete); APADA/SEDF, Marta Maia de Oliveira; e**
43 **DIPCOM/PCDF, Paulo Jânio Góes Freitas. Ausências Justificadas: APABB, Hermano José V.**
44 **de Brito e Messias Tavares de Souza; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de**
45 **Down, Antônio Carlos Sestaro e Glória Maria M. S. Amato. O Sr. Edivaldo da Silva Ramos**
46 **solicitou que fosse feito o registro dos suplentes, o que foi acatado pelo Presidente. O Sr. Ricardo**
47 **Tadeu Marques da Fonseca pediu consignação de sua presença como observador. A Conselheira**
48 **Cândida Maria Carvalheira Bittencourt solicitou que fosse feito o registro dos suplentes que foram**
49 **à reunião a expensas de suas respectivas entidades. O Presidente, Alexandre Carvalho Baroni,**
50 **esclareceu que todos os suplentes presentes foram financiados pelas suas próprias instituições. 2.**
51 **Informes sobre a Ata da XLV e XLVI Reunião Ordinária - Presidente do CONADE: O Sr.**
52 **Presidente esclareceu que as respectivas atas não seriam apreciadas por não estarem prontas, devido a**
53 **problemas administrativos do CONADE. A seguir, o presidente Alexandre Carvalho Baroni colocou**
54 **em discussão a agenda proposta da reunião. A Conselheira Cândida Maria Carvalheira Bittencourt**
55 **solicitou esclarecimentos sobre os pontos por ela sugeridos na pauta da reunião. O presidente,**
56 **Alexandre Carvalho Baroni, informou que todos os pontos sugeridos foram incluídos na pauta das**
57 **Comissões ao que a Conselheira Cândida Maria Carvalheira Bittencourt solicitou que tais pontos**
58 **aparecessem na pauta das Comissões, para que os Conselheiros possam se preparar antecipadamente.**
59 **A agenda foi aprovada por unanimidade, como segue: 1. Abertura – Dr^a. Ela Wiecko V. de Castilho -**
60 **Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; 2. Informes sobre a Ata da XLV e XLVI Reunião**
61 **Ordinária - Presidente do CONADE; 3. Informe das Comissões Permanentes: Comissão de Análise,**
62 **Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos; Comissão de Políticas Públicas; Comissão de**
63 **Orçamento e Finanças Públicas; Comissão de Comunicação Social; Comissão de Articulação de**
64 **Conselhos. Horário: das 12h30 às 13h30 horas - Intervalo para o Almoço. Horário: das 13h30 às 18h**
65 **horas: Continuação dos Informes das Comissões Permanentes; 4. Análise do pedido de vista da**
66 **FENAPAE/FENASP relativo ao Processo da Comissão de Atos Normativos n 18/2005 - Cartilha sobre**
67 **Educação de Pessoas com Deficiência da Procuradoria da República - Relato inicial: Conselheira**
68 **Maria Aparecida Gugel. 5. Análise do pedido de vista da CORDE relativo ao Processo da Comissão de**
69 **Políticas Públicas n 10/2004 - Legenda em Filme Nacional - Relato inicial: Conselheira Maria**
70 **Madalena Nobre. Dia 03 de agosto – quinta-feira. Horário: das 9h às 12h30 horas: 6. Informe da**
71 **Comissão Técnica Provisória do Estatuto da Pessoa com Deficiência. 7. Avaliação da I Conferência**
72 **Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Coordenação Geral: Cândida Maria Carvalheira**
73 **Bittencourt; Coordenação Técnica: Izabel Maior; Coordenação de Logística: Niusarete Lima;**
74 **Coordenação de Comunicação: Ritamaria Aguiar. Horário: das 12h30 às 13h30: Intervalo para o**
75 **Almoço. Horário: das 13h30 às 17h30: 8. Plano de Ação do CONADE 2006/2008 - Presidente do**
76 **CONADE e Coordenadores de Comissões Permanentes e Provisórias; 9. Informes Gerais. Relato da**
77 **participação do CONADE em eventos. 10. Encerramento. A seguir, passou-se ao ponto 3. Informes**
78 **das Comissões Permanentes, iniciando pela Comissão de Orçamento e Finanças Públicas. O**
79 **Conselheiro José Cláudio Barriguelli, Coordenador da Comissão, fez a leitura da ata e apresentou o**
80 **Plano de Ação da Comissão, com demandas agrupadas por temas, conforme segue: “Ao primeiro de**
81 **agosto de dois mil e seis, na sala 201, às 9 horas, do Edifício B do Ministério da Justiça, Brasília, DF,**
82 **reuniu-se a Comissão de Orçamento e Finanças do CONADE, com a presença dos conselheiros**
83 **Marcos Cordeiro de Souza Bandeira do Ministério dos Transportes, Alexandre Carvalho Baroni da**
84 **CVI-Brasil, João Carlos Martins Neto do Ministério da Ciência & Tecnologia e José Cláudio**

85 Barriguelli da FARBRA, para apreciar a proposta de pauta: 1. Eleição do Coordenador da Comissão;
 86 2. Análise do Plano de Ação do CONADE – processo COF nº. 001/2006; 3. Definição do Plano de
 87 Ação da Comissão. Colocada a proposta em discussão foi aprovada. Posto em discussão o primeiro
 88 item, os presentes deliberaram indicar para Coordenador da Comissão, José Cláudio Barriguelli, da
 89 FARBRA, e, na qualidade de Relator, Marcos Cordeiro de Souza Bandeira. Quanto ao segundo ponto
 90 de Pauta a Comissão entendeu que seria de sua competência apreciar a Proposta de Execução do
 91 Programa de Ação 2006-2007 do CONADE avaliando quais seriam os itens que dizem respeito
 92 especificamente às funções e competências da COF. Neste item a COF entendeu não serem pertinentes
 93 às suas funções os de número: 12; 13; 14; 15; 16; 19; 21; 22; 23 e 25. Quanto aos demais itens os
 94 mesmos foram apreciados dentro do item 3º da Pauta: Definição do Plano de Ação da Comissão. Neste
 95 ponto de pauta foram definidos três grandes eixos: 1. Elaboração das Demandas Orçamentárias 2006 e
 96 2007; 2. Programa de Acompanhamento e Avaliação Orçamentário das Ações do Governo Federal nas
 97 Políticas para os Deficientes e 3. Demandas Próprias da Comissão. Quanto ao item 1 do Plano de Ação
 98 da Comissão a mesma operará em dois níveis a saber: primeiramente fará um estudo da execução
 99 orçamentária dos anos anteriores a 2006 para uma projeção para 2007 no tocante ao Custeio &
 100 Investimentos do CONADE, e, fará, simultaneamente, um levantamento das Ações & Programas do
 101 Governo Federal no que toca aos Deficientes, através de um workshop com representantes de todos os
 102 Ministérios com a presença de um representante do Ministério do Planejamento, a realizar-se antes da
 103 48ª Reunião Ordinária, tendo em vista a discussão sobre a projeção para 2007 das políticas públicas
 104 para o segmento. Para operar o Plano de Ação da Comissão analisou-se a Proposta de Execução do
 105 Programa e sobre ele procedeu-se a uma análise cuidadosa dos itens que deverão ter relação direta com
 106 a COF no sentido do estabelecimento das demandas e dos respectivos aportes financeiros. O quadro
 107 anexo responde os itens e as respectivas demandas desta COF para que possa indicar: 1º - necessidades
 108 financeiras de custeio e investimento para o exercício de 2006; 2º - planejamentos de recursos
 109 orçamentários de custeio e investimento para o exercício de 2007; 3º - demandas para serem
 110 encaminhadas ao PPA 2008-2011.

PLANO DE AÇÃO DA COMISSÃO ORÇAMENTO				
DEMANDAS – Proposta de Execução do Programa de Ação 2006-2007				
Nº	Comissão	Itens	Assunto	Demanda
.				
01	Políticas Públicas Artic. Conselhos	01,36,37,38,1 12, b/8, c/6	PL autonomia do Conselho	Enviar a COF até o final da 48ª Reunião Ordinária o grau e nível de autonomia desejado (custeio e investimento).
02	Art. Conselhos Comunicação Social	02, 89, 168, b/7	Rede de atenção, participação, difusão, etc.	Enviar a COF até o final da 48ª RO informações como: tipo de rede ou de comunicação; público alvo; nº. eventos; tipo de campanhas; veículos; etc. para se poder estimar recursos para 2006 e 2007. Informar de modo preciso ações.
03	Políticas Públicas	04, c/2	Ações na área de Órtese & Prótese	Enviar a COF até o final da 48ª RO informações sobre as demandas para que se possa estimar valores e realizar articulação com o MS/CNS.
04	Políticas Públicas	15, 168	Capacitação	Enviar a COF até o final da 48ª RO informações sobre:

	Art. Conselhos			tipo de capacitação; público alvo; estimativa de público; formato do programa; periodicidade e nº. de eventos; etc., tendo em vista o Orçamento para 2007.
05	Comunicação Social	16,120,168,175	Mobilização e Comunicação	Enviar a COF até o final da 48º RO informações sobre: tipo de mobilização; nº. eventos; agentes envolvidos; locais; movimentação de pessoas; veículos; tipo de programa de educação permanente; etc. para o exercício 2007.
06	Políticas Públicas	46,79	Fórum (civil)	Enviar a COF até o final da 48º RO informações sobre: estimativa de nº. de representantes; periodicidade de reuniões; locais; infraestrutura; RH; apoio administrativo, etc. para o exercício de 2007.
07	.Pres. Ampliada	59	Art. Regul. PEC 29	Enviar a COF até o final da 48º RO informações sobre: passagens; estadia; veículo; locais de reunião; datas; Agenda Mínima, para ação imediata.
08	Pres. Ampliada	130, 175,	Campanhas	Enviar a COF até o final da 48º RO informações sobre: tipo de campanha; público alvo; veículos; etc. para exercício 2007.
09	Comunicação Social	166	Anais	Enviar a COF até o final da 48º RO informações sobre: nº. exemplares ad edição; tipos de edição; pg. Total; público alvo; formas de distribuição, etc. ainda para 2006.
17	Pleno	B/3	Participação Suplentes	Enviar a COF até o final da 48º RO informações sobre nº. de reuniões ordinárias e prováveis extraordinárias para 2007. Inclusão do tema na pauta da 48º R. O.
18	Pres. Ampliada	B/4	Ampliação Sec. Exec.	Enviar a COF até o final da 48º RO informações sobre: nº. servidores; demandas de custeio e de investimento; etc.
20	Políticas	B/9; b/10	Avaliação	Solicitar a Com. Políticas

	Públicas		Programas	Públicas reunião conjunta para apreciar modelo do TCU antes da reunião plenária da 48ª reunião.
24	Políticas Públicas	C/9	Cultura e Esportes	Enviar a COF até o final da 48º RO informações sobre: demandas específicas sobre o Para-Pan 2007.
26	Pres. Ampliada	Item d	Fóruns Internacionais	Enviar a COF até o final da 48º RO informações sobre a agenda dos fóruns internacionais para 2006 e 2007, bem como oficinas de trabalho, reuniões preparatórias e comissões.

111 A Comissão de Orçamento e Finanças – COF alerta às Comissões acima citadas de que grande parte de
112 sua ação depende das demandas e da definição de políticas e ações específicas constantes da Proposta
113 de Execução do Programa de Ação 2006-2007 e do resultado do trabalho das demais Comissões. A
114 COF solicita a todos os Representantes dos Órgãos de Governo junto ao CONADE que forneça a esta
115 Comissão as Ações e Programas específicos existentes em cada órgão no que toca aos Deficientes, bem
116 como Ações e Programas inseridos em outras Atividades, em especial no exercício 2005, com o que foi
117 Orçado e Executado, o Orçado e até agora Executado para 2006, e as estimativas para 2007, bem como
118 em participar da reunião entre CONADE/COF, Ministério do Planejamento e todos os demais órgãos
119 de governo para avaliar as Ações para 2007 e já indicar metas para o PPA 2008-2011, data que será
120 oportunamente marcada de acordo com a conveniência de todos os representantes. Brasília, 01 de
121 agosto de 2006. José Cláudio Barriguelli, Coordenador e Marcos Cordeiro Bandeira, Relator”. Durante
122 a apresentação do Plano de Ação da Comissão, sobre o ponto 17, a Conselheira **Cândida Maria**
123 **Carvalho Bittencourt** manifestou que tal ponto afronta o Regimento Interno do CONADE. O
124 Conselheiro **José Cláudio Barriguelli** esclareceu que a Comissão apenas fez o trabalho solicitado e
125 que não tem autonomia para aprovar tais sugestões e sim o Pleno. O Conselheiro **Mauro Meirelles**
126 **Pena** sugeriu que o CONADE buscasse autonomia financeira ao invés de discutir a participação dos
127 suplentes. O Conselheiro **Flávio Henrique de Souza** sugeriu serem relatados os relatórios para, depois,
128 serem discutidos. O representante do Ministério das Relações Exteriores, **Sr. Fernando Ribeiro**,
129 concordou com o Sr. Flávio Henrique de Souza e sugeriu que fossem feitos destaques ao longo da
130 apresentação dos temas para posterior manifestação. Após a leitura do relatório da Comissão de
131 Orçamento e Finanças Públicas, o Presidente colocou em discussão. A Conselheira **Sheila Miranda da**
132 **Silva** informou que a Comissão de Políticas Públicas já iniciou o estudo objeto de algumas demandas
133 da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, sugerindo que as duas comissões trabalhassem juntas
134 para evitar que as duas Comissões desenvolvessem o mesmo trabalho. A Conselheira **Cândida Maria**
135 **Carvalho Bittencourt** registrou a sugestão de tirar o tema 17 do relatório ou mudar-se o Regimento
136 Interno do CONADE pois os dois são conflitantes. Sobre o tema 09, a **Conselheira Cândida Maria**
137 **Carvalho Bittencourt** destacou que os anais já estão garantidos, esclarecendo que estão quase
138 prontos, esperando apenas passar as eleições para a publicação. Sobre o tema 03 e 06, a **Conselheira**
139 **Cândida Maria Carvalho Bittencourt** registrou não ter entendido, não se sentindo segura para
140 aprovar o relatório antes de ser esclarecida. O Conselheiro **Cristiano Cláudio Torres** solicitou que o
141 coordenador **José Cláudio Barriguelli** explicitasse as partes quando se referisse da seguinte forma:
142 “podemos nos articular”. **José Cláudio Barriguelli** esclareceu que a Comissão por ele coordenada
143 recebeu as propostas de execução e não inventou tais propostas. Disse ainda que o trabalho
144 desenvolvido pela Comissão foi o de pegar os pontos constantes do Plano de Ação do CONADE e
145 analisar quais deles impactariam na área financeira para pedir às pessoas responsáveis que decidissem
146 sobre tais, para a fim de que a Comissão se organizasse. Ressaltou ainda que os pontos constantes do
147 Plano de Ação do CONADE tinham sido aprovados na I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa
148 com Deficiência. Sobre os anais, aceitou a informação da Conselheira **Cândida Maria Carvalho**
149 **Bittencourt** e sugeriu retirar do relatório da Comissão. Seguindo o debate, o Conselheiro **Mauro**

150 **Meirelles Pena** expôs não entender as verbas para o ponto 3 e perguntou para que seriam. A
151 Conselheira **Maria Madalena Nobre** indagou ao Presidente **Alexandre Carvalho Baroni** se o Plano
152 de Ação, ponto 8 da pauta, é o mesmo que foi apresentado às Comissões para análise e sugestão e se tal
153 plano será baseado nas propostas das Comissões. O **Sr. Fernando Ribeiro** esclareceu sobre o trabalho
154 das Comissões, que é apenas expositivo, cabendo à Plenária decidir sobre os temas apresentados.
155 Solicitou a todos que as Comissões apresentassem o trabalho técnico para que, em seguida, o pleno
156 deliberasse. O Conselheiro **José Cláudio Barriguelli**, em resposta à indagação sobre o ponto 3,
157 esclareceu que a Comissão apenas solicitou que a comissão pertinente definisse quanto de recursos iria
158 necessitar e ponto, não tendo, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, participação na definição
159 de tais valores. A Conselheira **Cândida Maria Carvalheira Bittencourt** ressaltou que o ponto 3 não
160 reflete fielmente o que foi deliberado na I Conferência. O Conselheiro **Marcos C. Souza Bandeira**
161 lembrou a todos que partiu dele a idéia de se criar a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas,
162 justificando que a Comissão, ao não conseguir fazer o levantamento do gasto do CONADE, mudou a
163 estratégia de ação, dando oportunidade para que cada Comissão se manifeste. Além disso, informou
164 que a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas está realizando um trabalho com o Ministério da
165 Fazenda com o fim de apurar os gastos do CONADE. O Conselheiro **Flávio Henrique de Souza**
166 reforçou a posição do **Sr. Fernando Ribeiro** sobre o trabalho técnico das Comissões. Em seguida, o
167 Presidente **Alexandre Carvalho Baroni** esclareceu que o Plano de Ação será composto pelas
168 sugestões das Comissões que forem aprovadas pelo Pleno. Passou a palavra à Coordenadora da
169 **Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos**, Conselheira **Maria**
170 **Aparecida Gugel**, para apresentação do relatório da Comissão. A Conselheira **Maria Aparecida**
171 **Gugel** fez a leitura da ata da Comissão, conforme segue: “Relatório N.º. 1 da Comissão de Atos
172 Normativos XLVII (47ª) Reunião. Data: 01/8/2006. Local: Anexo II do Ministério da Justiça.
173 **Participantes:** Maria Aparecida Gugel (coordenadora), Joelson Dias, Rogério Lopes da Costa Reis,
174 Mauro Pena, Celso Lourenço Moreira Correia, Rafael Moreira de Aguiar, Ivana Siqueira
175 (conselheiros), Ricardo Tadeu e Carolina Sanchez (observadores). **ESTRATÉGIA INICIAL DE**
176 **TRABALHOS DA COMISSÃO:** A Comissão deliberou no sentido de sanear todos os procedimentos
177 que contém matéria de interesse individual, respondendo-os com remessa de decisão do CONADE
178 (exemplo concurso público), trazendo à deliberação do Plenário os casos que envolvam questões de
179 interesse coletivo. Entendeu-se que as decisões do CONADE deverão centrar-se na ativação imediata,
180 para eventual solução de conflito individual de pessoa com deficiência, dos conselhos de direitos locais
181 (municipal e/ou estadual) e órgãos e/ou instituições, arquivando-se a questão no âmbito do CONADE
182 somente com a comunicação dos resultados alcançados. A estratégia de atuação da Comissão é de
183 concentrar-se na deliberação de todos os assuntos pendentes para, posteriormente, atuar pró-ativamente
184 em relação à discussão e implementação dos direitos da pessoa com deficiência. A Comissão entende
185 necessária reunião mensal de seus membros de forma a atender a todas as necessidades do CONADE, o
186 que ocorreria na primeira sexta-feira de todo mês. Para tanto, sugere-se solicitar à SEDH que libere o
187 deslocamento de conselheiros que a compõe”. A Conselheira **Maria Aparecida Gugel** sugeriu que os
188 processos de interesse individual fossem trazidos à Plenária apenas para conhecimento, não sendo
189 necessária a aprovação caso a caso, visto que o CONADE já tem um histórico de decisões relativo a
190 tais casos. Destacou, entretanto, que isso não anula a interferência que o CONADE porventura queira
191 realizar em qualquer desses processos. O Presidente **Alexandre Carvalho Baroni** propôs a deliberação
192 da sugestão apresentada, que foi aprovada por unanimidade. A Conselheira **Maria Aparecida Gugel**
193 sugeriu ainda que a Comissão se reunisse toda primeira sexta-feira de cada mês, a fim de dar vazão a
194 todo o trabalho demandado. Em seguida, passou-se à apreciação dos processos. “**PROCESSOS**
195 **DISTRIBUÍDOS E RELATADOS:** a) **Processo n.º. 58/2006 (76/06, 59/06, 61/06, 62/06, 80/06).**
196 **Assunto:** Denúncia encaminhada pela Deputada Érika Kokay sobre a inexistência de intérprete de
197 LIBRAS em faculdades particulares do Distrito Federal. **Encaminhamento da Comissão:** Apensar os
198 procedimentos números 76/06, 59/06, 61/06, 62/06, 80/06, ao CA 58/2006. Apensar também o
199 procedimento CA 80/2006, relator conselheiro Rogério Reis, ao mesmo procedimento 58/2006.
200 Apresentada proposta de voto pelo Conselheiro Celso Lourenço Correia, pediram vista regimental os
201 Conselheiros Joelson Dias e Maria Aparecida Gugel. **Deliberação:** O processo não foi apreciado pela
202 Plenária, pois houve pedido de vista regimental por membros da Comissão. O pedido de vista foi
203 concedido. b) **Processo n.º. 97/2006. Assunto:** correspondência solicitando informações sobre isenção

204 de impostos. **Encaminhamento da Comissão:** Encaminhar resposta à consulente no sentido de que os
205 órgãos estaduais que podem orientá-la são: Secretaria de Fazenda do Estado, Receita Federal e Detran.
206 Particularmente, as concessionárias ou despachantes que atuam na área concentram tais informações.
207 Procurar também o Conselho Municipal ou Estadual. **Deliberação:** O processo foi aprovado pela
208 Plenária, por unanimidade. **c) Processo nº. 95/2006. Assunto:** esclarecimentos sobre concurso público.
209 **Encaminhamento da Comissão:** Encaminhar resposta à consulente com o Parecer 45/05.
210 **Deliberação:** O processo foi aprovado pela Plenária, por unanimidade. **d) Processo nº. 81/2006.**
211 **Assunto:** esclarecimentos sobre concurso público. **Encaminhamento da Comissão:** Encaminhar
212 resposta à consulente no sentido de que procure assistência de advogado para a defesa de seu direito
213 individual, com cópia do Parecer 45/05. A questão continuará sendo avaliada no âmbito do CONADE,
214 solicitando informações a respeito do tema ao Conselho Estadual em Defesa dos Direitos das Pessoas
215 com Deficiência, no Estado do Paraná. **Deliberação:** O processo foi aprovado pela Plenária, por
216 unanimidade. **e) Processo nº. 98/2006. Assunto:** licença para servidor público atender filho com
217 deficiência. **Encaminhamento da Comissão:** Relatado o procedimento pediu vista regimental o
218 Conselheiro Rafael Moreira de Aguiar. **Deliberação:** O processo não foi apreciado pela Plenária, pois
219 houve pedido de vista regimental por membros da Comissão. O pedido de vista foi concedido. **f)**
220 **Processo nº. 24/2004. Assunto:** PL 6.226/2002, acrescentar artigo 17-A a Lei 10.098/00 a
221 obrigatoriedade da sinalização de ruas, praças e outros logradouros públicos, bem como a de
222 edificações públicas ou privadas, com inscrições em Braille e letras aumentadas. **Encaminhamento da**
223 **Comissão:** Aprovar conteúdo do PL 6.226/02, acompanhando o parecer 06/2004 da CORDE,
224 encaminhando cópia da solução à Comissão Provisória do Estatuto da Pessoa com Deficiência.
225 **Deliberação:** O processo foi aprovado pela Plenária, por unanimidade. **g) Processo nº. 78/2006.**
226 **Assunto:** Cópia de parecer do Ministério Público Estadual sobre PL 2.875/2005, do âmbito do Estado
227 de Minas Gerais, que exclui os estabelecimentos das microempresas e empresas de pequeno porte para
228 adaptações arquitetônicas. **Encaminhamento da Comissão:** Acatar os termos do parecer do Ministério
229 Público Estadual, encaminhando cópia de manifestação contrária do CONADE ao conteúdo do PL,
230 solicitando que seja encaminhada cópia do ofício do CONADE às Comissões da Assembléia
231 Legislativa do Estado de Minas Gerais para que tomem conhecimento da manifestação. **Deliberação:**
232 O parecer foi aprovado pela Plenária, por unanimidade. Encaminhar decisão do CONADE ao
233 Presidente da Assembléia Legislativa de MG, solicitando a sua divulgação junto às Comissões da
234 Assembléia Legislativa. Encaminhar cópia para o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com
235 Deficiência de Minas Gerais. **h) Processo nº. 29/2005. Assunto:** Projeto de Lei 5.486/2005 que institui
236 obrigatoriedade de reprodução, pelas editoras de todo o País, de obras em Braille ou em meio
237 magnético, acessíveis aos portadores de deficiência visual. **Encaminhamento da Comissão:**
238 Diligenciar quanto ao conteúdo do parecer do Conselheiro Genézio e encaminhar o procedimento à
239 Comissão Provisória do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Deliberação:** O parecer foi aprovado pela
240 Plenária, por unanimidade. O Conselheiro Antônio Carlos Sestaro é indicado como representante do
241 CONADE para o acompanhamento da Ação Civil Pública ajuizada em São Paulo (Processo CAN
242 09/2005). Propôs-se, e foi aceito pela plenária, a auxiliar, o observador Ricardo Tadeu Marques da
243 Fonseca do MPT. O CONADE solicitará à CORDE o resultado da Câmara Técnica do Livro Acessível
244 para conhecimento de todos os conselheiros. O Conselheiro Flávio Oliveira representará o CONADE
245 no GT da Câmara Setorial do Livro. Oficiar ao Ministério da Cultura ratificando o interesse do
246 CONADE em participar da elaboração da Política do Livro Acessível, questionando sobre o atual
247 andamento e/ou instalação dos trabalhos. Solicitar audiência com o Ministro da Cultura para dar
248 conhecimento sobre as ações do CONADE, entregando-lhe documento pertinente.
249 **i) Processo nº. 79/2006. Assunto:** cartões de crédito aos portadores de deficiência visual e central de
250 atendimento aos portadores de deficiência auditiva. **Encaminhamento da Comissão:** Responder ao
251 Procurador da República no sentido de que o CONADE mantém os termos de decisão anterior, emitida
252 no Ofício 23/2003, tendo encaminhado tais sugestões à Associação Brasileira das Empresas de Cartões
253 de Crédito e Serviços – ABCS, sendo que as dificuldades técnicas alegadas devem ser vencidas pelas
254 emissoras de cartão de crédito em razão da responsabilidade social de dar acessibilidade aos usuários
255 de seus serviços. **Deliberação:** O parecer foi aprovado pela Plenária, por unanimidade. O ofício nº
256 23/2003 passa a ter caráter resolutivo, cujo conteúdo é o que segue: “**RESOLUÇÃO N ° XXX , DE XXX DE**
257 **AGOSTO DE 2006.** Dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelas empresas emissoras de cartão de crédito no

258 atendimento às pessoas com deficiência. O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE
259 DEFICIÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 22 do Regimento Interno e com base na deliberação
260 da XLVII Reunião Ordinária realizada, em 02 de agosto de 2006, **RESOLVE:** Art. 1º Ratificar a decisão tomada na XX
261 Reunião Ordinária, de 24 de fevereiro de 2003, a respeito das medidas a serem adotadas pelas empresas emissoras de
262 cartão de crédito no atendimento às pessoas com deficiência. Art. 2º Caberá às empresas emissoras de cartão de crédito
263 adaptar seus procedimentos e cartões para permitir o acesso e utilização por pessoas com deficiência visual e auditiva. I -
264 Em relação ao atendimento às pessoas com deficiência visual: a) identificar a bandeira do cartão em Braille em campo
265 distinto da tarja magnética; b) instalar postos de auto-atendimento com circuito sonoro, por fone de ouvido, para viabilizar o
266 acesso à senha alfanumérica de localização variável na tela. II - Em relação ao atendimento às pessoas com deficiência
267 auditiva: a) registrar a condição de pessoa surda ou com deficiência auditiva no cadastro do cliente e nas telas de operação de
268 tele-atendimento para possibilitar que outra pessoa faça as operações necessárias a pedido da pessoa surda ou com
269 deficiência auditiva. Art. 3º Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação. Brasília, XXX de agosto de 2006.
270 **Alexandre Baroni** - Presidente do CONADE. **j) Processo nº. 23/2004. Assunto:** Resolução ANVISA sobre
271 estruturação e fiscalização de instituições de longa permanência. **Encaminhamento da Comissão:**
272 Solicitar informações ao Conselho Nacional do Idoso sobre o andamento da questão para posterior
273 encaminhamento de soluções voltadas para a pessoa idosa com deficiência. **Deliberação:** O processo
274 foi aprovado pela Plenária, por unanimidade. **l) Processo nº. 23/2005. Assunto:** Parecer já exarado
275 pelo CONADE sobre acessibilidade aos formulários de preenchimento da Receita Federal por pessoas
276 com deficiência visual. **Encaminhamento da Comissão:** Considerando a existência de decisão do
277 CONADE para tornar acessíveis os formulários do Imposto de Renda, sem qualquer resposta, sugerir à
278 Presidência e Conselheiros que marquem audiência com o responsável na Receita Federal para a
279 solução da decisão já solicitada. **Deliberação:** O processo foi aprovado pela Plenária, por unanimidade.
280 **m) Processo nº. 85/2006. Assunto:** correspondência pessoa com deficiência comunicando
281 providências tomadas junto ao TRF 1ª Região para garantia de vaga em concurso público.
282 **Encaminhamento da Comissão:** Tomar ciência das providências encaminhadas pela interessada na
283 busca de seu direito, remetendo cópia do Parecer 45/CONADE ao TRF 1ª Região. O Conselheiro **José**
284 **Cláudio Barriguelli** sugeriu que dependendo da solicitação e encaminhamento dados aos processos,
285 que fossem disponibilizados na página do CONADE, na Internet, para servirem de parâmetro para
286 outras pessoas que tenham interesse em acessar seus direitos. **Deliberação:** Sugestão e processo foram
287 aprovados pela Plenária, por unanimidade. **n) Processo nº. 60/2006. Assunto:** Denúncia de
288 discriminação de trabalhador com deficiência mental em contrato de trabalho já encerrado em empresa
289 terceirizada. **Encaminhamento da Comissão:** Encaminhar a questão para o Ministério Público do
290 Trabalho local – Distrito Federal. **Deliberação:** O processo foi aprovado pela Plenária, por
291 unanimidade. **o) Processo nº. 64/2006. Assunto:** Denúncia de discriminação por parte de motoristas da
292 linha alternativa 60 de Sobradinho. **Encaminhamento da Comissão:** Encaminhar a questão para o
293 Conselho Distrital de Direitos da Pessoa com Deficiência, com solicitação de informação sobre a
294 solução da questão para posterior arquivamento. A Conselheira **Maria Aparecida Gugel** propôs
295 encaminhar também ao Ministério Público do Distrito Federal. O Conselheiro **José Cláudio**
296 **Barriguelli** propôs acionar também o GDF. **Deliberação:** Processo e sugestões foram aprovados pela
297 Plenária, por unanimidade. **p) Processo nº. 88/2006. Assunto:** Moção de repúdio aos Projetos de Lei
298 da Câmara dos Deputados nº 5.439/01, 3.638/00 e 3.219/04, que propõem a instituição de Estatuto da
299 Pessoa com Deficiência. **Encaminhamento da Comissão:** Encaminhar a questão à Comissão
300 Provisória de Análise e Acompanhamento de Propostas de Anteprojeto de Lei do Estatuto da Pessoa
301 com Deficiência. **Deliberação:** O processo foi aprovado pela Plenária, por unanimidade. **q) Processo**
302 **nº: CA 090/2006. Assunto:** Solicitação da CORDE para que o CONADE requeira ao Ministério das
303 Comunicações esclarecimentos dos motivos da edição do Decreto nº 5.762, de 27 de abril de 2006, que
304 prorrogou, por sessenta dias, o prazo previsto para a expedição de norma complementar de que trata o
305 art. 2º, do Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005. **Encaminhamento da Comissão:** Arquivar o
306 procedimento, tendo em vista que foi publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2006 a
307 Portaria nº. 310, do Ministério das Comunicações, do dia 27 dos mesmos mês e ano, que aprova a
308 Norma Complementar nº. 01/2006 e que tem por objetivo complementar as disposições relativas ao
309 serviço de radiodifusão de sons e imagens e ao serviço de retransmissão de televisão, visando tornar a
310 programação transmitida ou retransmitida acessível para pessoas com deficiência, conforme disposto
311 na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004,
312 alterado pelo Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005, que, em seus considerandos, inclusive
313 noticia os comentários recebidos em decorrência de consulta e audiência pública realizada pela Portaria

314 nº. 476, de 1 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 2005 e
315 Portaria nº. 1, de 4 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial de União de 4 de janeiro de 2006.
316 **Deliberação:** O processo foi aprovado pela Plenária, por unanimidade. **r) Processo nº: CA 091/2006.**
317 **Assunto:** Solicitação Senador Eduardo Azeredo de análise acerca da possibilidade de o Decreto nº
318 3.298, de 1999, ser alterado para permitir que também as pessoas com visão monocular possam
319 participar dos certames públicos. **Encaminhamento da Comissão:** O CONADE criou Comissão
320 Provisória para revisão das caracterizações das deficiências visual monocular, auditiva leve e renal
321 crônica, com prazo de cento e vinte para a conclusão dos seus trabalhos e apresentação de relatório
322 final para apreciação e deliberação pelo Plenário. Vencido o prazo em 3/3/06, sem apresentação das
323 conclusões. Sugere-se a apresentação do relatório e/ou criação de nova Comissão para estudar a revisão
324 da caracterização das deficiências, comunicando-se ao Senador interessado. **Deliberação:** O parecer foi
325 aprovado pela Plenária, por unanimidade. A Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de
326 Atos Normativos analisará todas as hipóteses para eventual alteração da caracterização das deficiências.
327 **s) Processo nº. CA 92/2006. Assunto:** Solicitação da Sr^a. Rosineide de Azevedo de esclarecimento
328 sobre a inclusão das pessoas com deficiência física mediante a reserva de lugares em shows.
329 **Encaminhamento da Comissão:** Considerando ter sido o Decreto 5.296, publicado no DOU de
330 3.12.2004, as edificações de uso público e de uso coletivo já existentes referidas em seu artigo 23, têm,
331 a teor do seu § 8º, os prazos, respectivamente, até julho de 2007 e dezembro de 2008 para garantir a
332 acessibilidade de que trata o caput e os §§ 1º a 5º., encaminhar cópia do parecer à interessada como
333 resposta ao esclarecimento por ela solicitado, e ao Conselho do Distrito Federal dos Direitos das
334 Pessoas com Deficiência para conhecimento do caso e procedimento como entender de direito.
335 **Deliberação:** O processo foi aprovado pela Plenária, por unanimidade. Faltaram ser relatados
336 processos que já estavam em curso na Coordenação e que estavam arquivados e já solucionados. A
337 Coordenadora os retirou de pauta, deixando-os para a próxima reunião. Na seqüência, o Presidente
338 **Alexandre Carvalho Baroni** passou a palavra à Conselheira **Ana Maria Lima Barbosa**,
339 Coordenadora da **Comissão de Políticas Públicas**, para apresentar a ata da Comissão, conforme
340 segue: “Data: 01/08/2006, Local: Ministério da Justiça, **Participantes:** Ana Maria Lima Barbosa
341 (MDS), Kátia Aparecida M. Barbosa (MEC), Sheila Miranda da Silva (MS), Tereza Augusta dos
342 Santos Ouro (MPS), Lizair de Moraes Guarino (FENASP), Adnilson Marins dos Santos (FENAPAE),
343 Flávio Henrique de Souza (CUT), Isaias Dias (CUT), Marly dos Santos (Observadora, Associação da
344 Fundação do Banco Santander Banespa), Marilene Ribeiro dos Santos (FENAPAE); **Coordenadora:**
345 Ana Maria Lima Barbosa e **Relatora:** Kátia Aparecida M. Barbosa. **1º)** Eleição da Coordenadora da
346 Comissão – Foi indicada a Conselheira Ana Maria/MDS, acolhida por todos os integrantes da
347 Comissão. **2º)** Eleição da Conselheira Kátia Barbosa/MEC como Relatora da Comissão, no dia de
348 hoje. **3º)** Análise do **Plano de Ação do CONADE 2006/2007**. Foi lido o Plano de Ação e foram feitos
349 destaques nos seguintes pontos: **36** – Saber como foi criado o Conselho de Desenvolvimento social e
350 como o CONADE poderia tomar assento neste Conselho; **89** – Fazer reuniões conjuntas com a
351 Comissão de Orçamento e Finanças Públicas; **112** – Solicitar cópias do PPA e da LOA, para que a
352 Comissão tenha em suas pastas para fazer consultas se necessário; **120** – Solicitar a elaboração de
353 Campanha nacional para tratar do respeito aos direitos da pessoa com deficiência na área dos
354 transportes públicos; **130** – Articular políticas para trabalhar em conjunto com os conselhos municipais
355 estaduais de forma ampliada; **166** – Analisar as deliberações da Primeira Conferência e pautar a
356 implementação das ações ligadas à Comissão de Políticas Públicas em caráter permanente; **168 e 95** –
357 Trabalhar com a concepção de acessibilidade de forma ampla, abrangendo todos os segmentos, no
358 sentido de que o conceito de acessibilidade não fique restrito às pessoas com deficiência já
359 reabilitadas. Elaborar um Manual de Orientação de e para implementação de políticas afirmativas nas
360 diversas áreas; **175** – Campanha Educativa – Encaminhar para a Comissão de Comunicação Social;
361 **184** – Encaminhar à Comissão de Articulação de Conselhos. Convidar o IBGE para vir ao CONADE
362 trabalhar as orientações (nas áreas da deficiência) para o próximo Censo Demográfico; **208** –
363 Averiguar em que situação se encontra a implementação; **216** – Levantamento de onde estão sendo
364 desenvolvidas estas ações (em Órgãos, Universidades e Ministérios) e encaminhamento para a
365 Comissão de Comunicação Social para divulgação; **51** – Já foi instituído GT específico para este
366 assunto; **94** – Que o CONADE providencie ofício comunicando às Casas Legislativas; **178** – Que se
367 promova reuniões extraordinárias, a exemplo das reuniões ampliadas do CNAS. Encaminhar proposta

368 para a Comissão de Articulação de Conselhos. **4º Leitura das ações relacionadas às Políticas**
369 **Públicas: A** – Reiterar a solicitação do CONADE, da necessidade de responder sobre as Políticas
370 Setoriais desenvolvidas em cada área, aos Ministérios que ainda não o fizeram; **B** – Sistematizar essas
371 informações para apresentar na Plenária. **5º Leitura das ações relacionadas ao Plano Internacional:**
372 **a)** Que se possa garantir a participação efetiva do CONADE nos debates internacionais; **b)** Fazer um
373 levantamento e uma agenda sobre as representações do CONADE no âmbito internacional. **6º Leitura**
374 **das ações relativas ao funcionamento e atuação do CONADE: 4** – Proposta de solução urgente; **11**
375 – Comitê de Ajudas Técnicas – sob a responsabilidade da CORDE. Formalizar documento que busque
376 maiores informações sobre este comitê e enviá-lo à CORDE; **12** – Estabelecer um representante de
377 cada Comissão para ficar responsável pelo diálogo permanente com o Congresso Nacional. **Plano de**
378 **Ação da Comissão de Políticas Públicas – 2006/2007: 1)** Conhecimento, análise, monitoramento e
379 avaliação das políticas públicas setoriais – ação contínua; **2)** Articulação com as demais comissões
380 permanentes, priorizando a de orçamento – outubro/2006; **3)** Análise das deliberações da Primeira
381 Conferência, pautando a implementação das ações ligadas à Comissão de Políticas Públicas – ação
382 contínua; **4)** Análise de processos de competência da Comissão de Políticas Públicas; **5)** Promoção da
383 discussão de temas específicos, priorizando os seguintes: Lei de Cotas, Benefício de Prestação
384 Continuada – BPC e sexualidade. A Coordenadora da Comissão, **Ana Maria Lima Barbosa**,
385 comunicou que o Conselho Estadual de Minas Gerais propôs fazer um debate sobre sexualidade da
386 pessoa com deficiência; **6)** Definição de agenda com outros Conselhos Setoriais. A Conselheira
387 **Cândida Maria Carvalheira Bittencourt** pediu esclarecimentos a respeito de seu ponto de pauta
388 sugerido e questionado na parte da manhã. O Presidente **Alexandre Carvalho Baroni** esclareceu que
389 aquele ponto de pauta foi para a Comissão de Atos Normativos e será discutido em outra reunião. A
390 Conselheira **Lizair de Moraes Guarino** reforçou a questão dos itens **168** e **95**, que fala sobre
391 acessibilidade e que, segundo a mesma, o conceito de acessibilidade não fique restrito às pessoas já
392 reabilitadas, mas também para se pensar nos recursos de habilitação e de órteses e próteses para
393 crianças sem recursos para tal. **Deliberação:** as propostas foram acatadas pelo Plenário. **PROCESSOS**
394 **ANALISADOS: a) Processo nº. 20/2005. Assunto:** Emenda Constitucional - Artigo 5º - Apresentado
395 pela Senadora Heloísa Helena, que obriga o Estado a manter creches para crianças de até seis anos de
396 idade. Alteração do Texto do Inciso IV, do artigo 208 da Constituição Federal. **Nova redação:**
397 Acolhimento obrigatório, público e gratuito a toda demanda pela educação infantil, em creches e pré-
398 escolas para as crianças de zero a seis anos de idade. **Proposta de parágrafo a ser acrescentado ao**
399 **inciso:** 1º No caso de criança com algum tipo de deficiência, as creches e pré-escolas, deverão,
400 obrigatoriamente, disponibilizar todos os equipamentos e instrumentos necessários para pleno
401 atendimento das necessidades específicas de cada uma. **Deliberação:** Processo aprovado pela Plenária
402 com dois votos contrários. **b) Processo nº. 24/2005. Assunto:** Lista de exceções à tarifa externa
403 comum dos produtos para saúde atualizada até a Resolução CAMEX nº. 27 de 11/08/2005.
404 **Encaminhamento da Comissão:** As pessoas com deficiência estão incluídas na proteção especial
405 contemplada pela Constituição federal, que estabeleceu em seu art. 23, ser competência comum da
406 União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, cuidar da saúde e assistência pública.
407 **Deliberação:** O processo foi aprovado pela Plenária, por unanimidade. **c) Processo nº. 14/2005.**
408 **Assunto:** Reportagem da Folha de São Paulo, ônibus adaptado do dia 14/07/2005. **Encaminhamento**
409 **da Comissão:** O relator não enviou o parecer do processo, mas segundo a apresentadora, a Sr^a. Ana
410 Maria Lima Barbosa, o mesmo propôs que fosse enviado em todo momento o projeto, o Decreto de
411 acessibilidade, em articulação com o Ministério das Cidades para ver como está a discussão do
412 transporte adaptado e que o CONADE pudesse estar em discussão permanente sobre a acessibilidade,
413 que ela não esgota em si só e sugere alguns encaminhamentos e pede também para remeter essa
414 discussão ao Conselho Estadual de São Paulo e orientações que ele deu como sugestões. **Deliberação:**
415 O processo foi aprovado pela Plenária, por unanimidade. Os próximos processos já tinham relatores
416 designados, mas com não tinham pareceres e nem subsídios, foram designados novos relatores. Apenas
417 três processos foram relatados, pela Relatora Sheila Miranda. **d) Processo nº. 27/2005 Assunto:**
418 Resolução 355 do Conselho Nacional de Saúde. **Encaminhamento da Comissão:** Oficiar a Comissão
419 de Saúde Inter-Setorial da Pessoa com Deficiência do Conselho Nacional de Saúde, ratificar o
420 interesse do CONADE em participar e contribuir com a Comissão através da Comissão de Articulação;
421 dizer que há interesse do CONADE em se articular para o fortalecimento dessa política. Após longo

422 debate sobre o assunto, três propostas foram postas à Mesa: i) Conselheiro **José Cláudio Barriguelli** –
423 propor ao Conselho Nacional de Saúde que crie uma Comissão de Inter-Conselhos para discutir a
424 Política de Saúde em relação à pessoa com deficiência; ii) Conselheira **Cândida Maria Carvalheira**
425 **Bittencourt** – Que os representantes do CONADE, no Conselho Nacional de Saúde, façam interlocução
426 entre Conselho Nacional de Saúde e CONADE; iii) **Dr. Alexandre Carvalho Baroni** – propôs uma
427 junção das duas propostas acima: que o CONADE faça uma Comissão com o Conselho Nacional de
428 Saúde e que os Conselheiros tenham voz dentro do CONADE e tenham a obrigação de trazer para o
429 CONADE as informações daqueles que estão no Conselho Nacional de Saúde. **Deliberação:** Outras
430 contribuições foram feitas e o Plenário deliberou pela convergência das duas propostas, conforme
431 sugestão do Presidente. **e) Processo nº. 32/2005. Assunto:** Redução de Custos de Aparelhos auditivos.
432 **Encaminhamento da Comissão:** Se a demanda é para o barateamento dos aparelhos auditivos, é
433 importante que o CONADE recomende ao Ministério da Saúde que este apresente uma proposta na
434 redução de preços de próteses auditivas, preservando a qualidade técnica exigida pelas normas técnicas
435 existentes. A Conselheira **Cândida Maria Carvalheira Bittencourt** concorda com a deliberação da
436 Relatora e acrescenta que todos os equipamentos na área de deficiência sejam no extra-teto do
437 Ministério da Saúde. **Deliberação:** As recomendações propostas pela Comissão assim como pela
438 Conselheira **Cândida Maria Carvalheira Bittencourt** foram acatadas pelo Plenário. **f) Processo nº.**
439 **36/2006. Assunto** Processo Consulta do Conselho Federal de Medicina – nº. 2752/2004,
440 **Encaminhamento da Comissão:** Oficiar ao Ministério solicitando urgência na solução da conclusão
441 da nova Portaria avaliando o impacto financeiro e a pactuação com a Tripartite. O **Presidente**
442 **Alexandre Carvalho Baroni** propôs oficiar o Ministério para fazer algo específico, como foi
443 proposto, e algo mais amplo. **Deliberação:** Processo e proposta foram aprovados pelo Plenário, por
444 unanimidade. O Presidente do CONADE, **Alexandre Carvalho Baroni**, agradeceu o Plenário e
445 encerrou a sessão, às 18h, ficando os demais pontos de pauta a serem analisados na sequência da
446 reunião, no dia seguinte, 03 de agosto de 2006. A sessão foi reiniciada no dia 03 de agosto de 2006 no
447 mesmo local, com a presença dos membros: **Organizações Governamentais:** Casa Civil da
448 **Presidência da República, Mariana B. de Mello Parente; Ministério da Cultura, Ritamaria Silva**
449 **Aguiar; Ministério da Educação, Denise de Oliveira Alves; Ministério da Justiça, Rafael Moreira**
450 **de Aguiar; Ministério da Previdência Social, Tereza Augusta dos S. Ouro; Ministério da Saúde,**
451 **Érika Pisanesh; Ministério das Comunicações, Denise Costa Granja; Ministério das Relações**
452 **Exteriores, Fernando Ribeiro; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ana**
453 **Maria Lima Barbosa; Ministério do Trabalho e Emprego, Rogério Lopes Costa Reis; Ministério**
454 **do Turismo, Maria Madalena Nobre; Ministério dos Transportes, Marcos C. Souza Bandeira;**
455 **Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ivana de Siqueira;**
456 **Conselho Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência de Londrina, Martinha Clarete D. dos**
457 **Santos; CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE NITERÓI, Márcio**
458 **Castro de Aguiar. Sociedade Civil:** Associação Brasileira de Medicina e Reabilitação, Mauro
459 Meirelles Pena; Associação Brasileira de Autismo, Maria do Carmo Tourinho Ribeiro;
460 Associação Brasileira dos Ostromizados, Cândida Maria Carvalheira Bittencourt; Associação
461 Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e com Deficiência,
462 Maria Aparecida Gugel; Confederação Nacional do Comércio, Janilton Fernandes Lima;
463 Central Única dos Trabalhadores, Flávio Henrique de Souza e Isaias Dias; Conselho Nacional
464 dos Centros de Vida Independente, Alexandre Carvalho Baroni; Federação das Associações
465 Renais e Transplantados do Brasil, José Cláudio Barriguelli; FENAPAE, Adinilson Marins dos
466 Santos e Marilene Ribeiro dos Santos; Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, Lizair de
467 Moraes Guarino; Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, Shirley Vilhalva;
468 MORHAN, Valdenora da Cruz Rodrigues, Cristiano Cláudio Torres; Ordem dos Advogados do
469 Brasil, JOELSON DIAS; União Brasileira dos Cegos, Adilson Ventura. O Presidente, **Alexandre**
470 **Carvalho Baroni**, deu continuidade ao ponto 3. **Informe das Comissões Permanentes** com o relato
471 da **Comissão de Comunicação Social**. Antes de passar a palavra ao Conselheiro **Janilton Fernandes**
472 **Lima**, Coordenador da Comissão Comunicação Social para seu relato, concedeu a palavra a
473 Conselheira **Cândida Maria Carvalheira Bittencourt** para fazer um informe. A Conselheira fez um
474 breve comentário sobre o filme Zuzu Angel informando que na noite anterior teria assistido o filme no
475 Senado com o Senador Saturnino Braga e pediu a todos para que não percam a oportunidade de vê-lo,

476 por se tratar de um filme muito bem feito e importante para a história de militância de todos os
477 Conselheiros. Informou ainda ter decidido, por ocasião do fato, escrever o livro, que há muito tempo
478 vem sendo incentivada pelo Conselheiro Adilson Ventura, sobre a sua história. Ainda, que o enviará
479 para CORDE publicar, se possível até 2007. O Presidente **Alexandre Carvalho Baroni** desejou
480 sucesso a ela e passou a palavra ao Conselheiro **Janilton Fernandes Lima** que iniciou o seu relato
481 comunicando que a Comissão teria apenas alguns informes e somente o último ponto precisaria ser
482 deliberado pelo CONADE. Apresentou a nova composição da Comissão: Denise Costa Granja,
483 Ministério das Comunicações; Shirley Vilhalva, FENEIS; Renato de Melo Rocha, CONFEA; Maria
484 Madalena Nobre, Ministério do Turismo; Maria do Carmo Tourinho Ribeiro Vieira, Abra; Ritamaria
485 Aguiar Ministério da Cultura/Funarte e Janilton Lima, Confederação Nacional do Comércio. Ressaltou
486 que o Ministério dos Transportes não teria comparecido. Informou que, após consenso, foi o indicado
487 como Coordenador da Comissão. Iniciou o seu relato dizendo que a Comissão recebe muita solicitação
488 de divulgação de eventos e que o primeiro processo a ser relatado trataria exatamente desse assunto. **1)**
489 **Processo CCS nº 001/2006. Relatora: Maria Madalena Nobre. Ementa:** Solicitação de divulgação
490 do release sobre Acessibilidade do Gabinete do Vereador Valcir da Ademoc/MG. Informou que como
491 as informações enviadas pela proponente à Comissão não trazia muitas informações, apenas que o
492 evento será em setembro na Cidade de Montes Claros, sem data e local, a Comissão entrará em contato
493 para obter mais informações e quando as tiverem divulgarão o Seminário. **2) Processo CCS nº**
494 **002/2006. Relatora: Maria Madalena Nobre. Ementa:** Mensagem do Fórum Permanente de Defesa
495 dos Direitos da Pessoa com Deficiência de MT – Campanha da Acessibilidade. Informou que a
496 entidade pede várias informações sobre criação de conselhos e outras questões a cerca de normas sobre
497 deficiência. Disse ainda, que a Comissão irá fornecer todas as informações necessárias e pertinentes a
498 mesma e que manterão todos os Conselheiros informados a respeito. Ressaltou ainda a importância do
499 CONADE pensar algo em relação a terem as informações e deduzirem que isso pode ser comum para
500 todo mundo e na verdade não ser, visto que dentre as informações pedidas pela proponente estavam as
501 coisas mais básicas possíveis. **3) Processo nº CCS nº 003/2006 – Relatora: Maria Madalena Nobre.**
502 **Ementa:** Divulgação da Semana do Excepcional. Informe da FENAPAE sobre a realização da Semana
503 Nacional do Excepcional que terá como slogan “Acessibilidade: Um Caminho para Inclusão”, de 21 a
504 28 de agosto corrente. Por não terem recebido muitas informações, apesar da proponente solicitar para
505 que fossem vistas informações detalhadas no *site* da FENAPAE, que não foram encontradas, a
506 Comissão irá procurar e repassar aos Conselhos e aos Conselheiros. **4) Processo nº CCS nº 004/2006**
507 **– Relatora: Maria do Carmo Tourinho Ribeiro Vieira. Ementa:** Análise do Plano de Ação do
508 CONADE – 2006-2008. O Conselheiro **Janilton Fernandes Lima** comunicou ser esta uma solicitação
509 do Presidente. Disse que a Comissão teria lido o documento, mas que por ser muito extenso, terem
510 coisas afetas a outras Comissões e também pelo fato do assunto ser objeto de discussão e deliberação
511 do Plenário, não teriam se manifestado, mas disse que estudarão o que for afeto a Comissão para se
512 manifestarem posteriormente. Teriam ainda montado um esquema para tal análise, em função até da
513 entrada dos novos componentes que estariam se adaptando a forma de funcionamento da Comissão: A
514 idéia seria que o Coordenador iria apresentar um plano de ação que será aperfeiçoado pelos demais
515 membros através de *e-mail* e submetido ao Presidente para aprovação. Ressaltou porém, já terem
516 algumas coisas delineadas como a campanha da acessibilidade, uma forma de divulgação do dia 21 de
517 setembro, Dia Nacional de Luta para Pessoa com Deficiência, a criação de uma lista de comunicação
518 entre os Conselheiros. Voltou a defender a criação de uma lista entre Conselheiros via *internet*,
519 dizendo considerar um método mais fácil e eficaz de comunicação, mesmo tendo alguns Conselheiros
520 contrários. E ainda teriam acertado de estudarem um método de divulgação das notícias do CONADE
521 para outros Ministérios, no sentido de dar maior visibilidade as mesmas. Então, passou ao único
522 assunto que precisaria de deliberação do Plenário: Informes da Campanha da Acessibilidade. Disse
523 achar que o CONADE estaria com um problema, pois o filme para ser exibido na televisão com uma
524 idéia de acessibilidade, patrocinado pela FEBRABAN, já estaria encomendado e pago, mas o mesmo
525 não teria sido realizado e pediu a Conselheira **Ritamaria Silva Aguiar**, Coordenadora da Campanha
526 Nacional de Acessibilidade, que expusesse os motivos. A Conselheira **Ritamaria Silva Aguiar**
527 informou que trata-se de um filmete de 30 segundos para TV e outro de cinco minutos para ser
528 distribuído as empresas posteriormente. Disse que o filme teria sido feito, mas que o texto apresentado
529 não contemplava os anseios do CONADE há época e que não havendo consenso e tempo para ser

530 democratizado no pleno ficou para ser resolvido na próxima gestão. O Conselheiro **Janilton**
531 **Fernandes Lima** voltou a falar enfatizando que teriam que consensar o método a se utilizado para
532 aprovação do filmete, uma vez que o método utilizado anteriormente, onde todos opinaram, não teria
533 sido eficaz, como haviam conversado na Reunião da Presidência Ampliada. A palavra foi dada ao
534 Conselheiro **José Cláudio Barriguelli** que deu como sugestão deixar a cargo da Comissão de
535 Comunicação Social que são membros ativos do Conselho e têm plena consciência daquilo que o
536 Conselho não gostaria de ver. A Conselheira **Maria Aparecida Gugel** sugeriu que o Plenário deveria
537 traçar diretrizes básicas para que a Comissão de Comunicação Social pudesse dar continuidade ao
538 trabalho. O Conselheiro Adilson Ventura defendeu que se deve dar autonomia à Comissão de
539 Comunicação Social. A Conselheira **Ritamaria Silva Aguiar** voltou a falar respondendo a
540 Conselheira Maria Aparecida Gugel que já teriam passado por essa etapa das diretrizes básicas e que o
541 problema se deu exatamente neste ponto. Pois a dificuldade encontrada foi passar para criação, com
542 reunião de equipe, como colocar num filme de 30 segundos tudo que eles queriam. Enfatizou o fato de
543 não ter deixado o processo solto, ter trabalho no seu desenvolvimento e agora estar encaminhando de
544 forma a resgatar o que foi feito e dar aval a XBrasil. O Conselheiro **Marcos C. Souza Bandeira**
545 manifestou o seu apoio ao encaminhamento dado pelo Conselheiro José Cláudio Barriguelli. A **Sra.**
546 **Niusarete Margarida de Lima** pediu a palavra para manifestar-se ser contra o ponto do relatório da
547 Comissão de Comunicação Social onde diz: “Criação de uma lista de comunicação entre os
548 Conselheiros e formas de divulgação das notícias do CONADE”. Por considerar que o meio de
549 comunicação dos Conselheiros deve ser a página do CONADE e o *e-mail* institucional do CONADE.
550 Ainda, que se as pessoas quiserem veicular informações entre Conselheiros que seja pelo seu *e-mail*
551 pessoal e não falando em nome do CONADE. Em seguida manifestou o seu apoio ao encaminhamento
552 dado pelo Conselheiro José Cláudio Barriguelli, enfatizando que o mote da campanha e
553 “acessibilidade” e não para veicular a caracterização de deficiência. A Conselheira **Maria Madalena**
554 **Nobre** pediu para que o filmete fosse colocado como um dos itens prioritários do Plano de Ação do
555 CONADE com data definida, em função da distância do debate que tiveram em torno do assunto e até
556 mesmo da Conferência. A Conselheira **Shirley Vilhalva** pediu para que o CONADE estude a
557 possibilidade de estar gravando as reuniões do CONADE e disponibilizando em painel para facilitar
558 para as pessoas que têm deficiência auditiva. O Conselheiro **Janilton Fernandes Lima** voltou a falar
559 esclarecendo quanto ao ponto da lista de Conselheiros dizendo estar enviando as informações como
560 pessoa física e que o ponto mencionado seria para estudar uma melhor forma de divulgação
561 juntamente com a CORDE, Secretaria Executiva e com o Presidente. O Presidente, **Alexandre**
562 **Carvalho Baroni**, ponderou que em virtude da dificuldade de atualização da página do CONADE,
563 esse teria sido o acerto feito com a Comissão de Comunicação Social e voltou ao encaminhamento
564 sobre o filmete que seria uma questão de deliberação. Resgatou os dois encaminhamentos que
565 depreendeu da discussão: do Conselheiro José Cláudio Barriguelli, que seria dar autonomia a
566 Comissão de Comunicação Social para que ela trabalhe. O outro da Conselheira Ritamaria Silva
567 Aguiar, no sentido que todos os Conselheiros tivessem acesso ao texto já construído do filmete e
568 pudessem contribuir com a Comissão. Lembrou ainda da questão levantada pela Conselheira Maria
569 Aparecida Gugel que seria dar diretrizes básicas para Comissão trabalhar. Ainda disse achar que as
570 sugestões eram complementares. Não obtendo o acordo da Conselheira **Ritamaria Silva Aguiar** que
571 disse achar a proposta da Conselheira Maria Aparecida Gugel um retrocesso e voltando a defender o
572 seu encaminhamento. O Presidente, **Alexandre Carvalho Baroni**, colocou em votação a proposta que
573 seria um consenso: A Secretaria Executiva enviaria o texto a todos os Conselheiros para que esses
574 fizessem a suas sugestões até a próxima semana e a Comissão ia resgatar o que tinha sido feito e
575 trabalhar com a XBrasil tendo assim autonomia. A proposta foi aprovada por unanimidade. O
576 Conselheiro **José Cláudio Barriguelli** pediu a palavra para sugerir a Comissão de Comunicação
577 Social que pensasse em algo para trazer na próxima reunião relativo a um *e-grup* do CONADE com
578 acesso, em princípio, de todos os Conselheiros Titulares e Suplentes e pensar gradualmente a entrada
579 neste *e-grup* de Conselheiros Estaduais e Municipais e a inclusão dentro da página do CONADE de
580 um jornal eletrônico também na mesma filosofia. Em seguida o Presidente, **Alexandre Carvalho**
581 **Baroni**, passou a palavra a Conselheira Martinha Clarete D. dos Santos, para que fizesse o relato da
582 Comissão de Articulação de Conselhos. A Conselheira **Martinha Clarete D. dos Santos** iniciou o seu
583 relato informando a nova composição da Comissão de Articulação de Conselhos que estavam

584 presentes à reunião: FLÁVIO OLIVEIRA, Conselho Estadual de Minas; Martinha Clarete Dutra,
585 Conselho Municipal de Londrina; Adilson Ventura, UBC; Valdenora Cruz, MORHAN; Cândida
586 Carvalheira, ABRASO. Ressaltou também a presença dos seguintes Suplentes: Márcio Aguiar,
587 CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA DOM DEFICIÊNCIA DE NITERÓI; Edvaldo Ramos,
588 UBC; Cristiano Torres, MORHAN. Informou terem estabelecido por consenso como Coordenadora a
589 Conselheira Martinha Clarete D. dos Santos e como Relatora a Conselheira Valdenora da Cruz
590 Rodrigues e passou ao ponto da Análise do Plano de Ação do CONADE – 2006/2008. Explicou a
591 dinâmica utilizada, tendo a Comissão suprimido algumas coisas e alterado outras. Houve proposta de
592 supressão dos itens: 130, 216, 79, a) Princípios – primeiro e último itens: A Comissão entende que
593 esses pontos estão deslocados e acham que já estão contemplados na Lei discutida no dia anterior.
594 Houve proposta de alteração nos itens 112, 184, 94 e 12, com as seguintes sugestões: “112 -
595 Acompanhar o processo de garantia de recursos, nas três esferas de poder... 184 - Atribuir tal tarefa aos
596 órgãos competentes (Ministério da Saúde e/ou IBGE). 94 - Por meio dos Conselhos estaduais e
597 municipais, enviar... 12 - ...Sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, solicitando aos mesmos que
598 remetam ao CONADE projetos de lei relativos à pessoa com deficiência para que o CONADE emita
599 parecer”. Passou ao ponto “1 - Definição do Plano de Ação da Comissão Permanente de Articulação
600 de Conselhos. Objetivo: 1 - Desenvolver ações que promovam a implantação e o fortalecimento dos
601 Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos
602 Municípios, deliberativos, paritários e com fundos próprios. 1.1 - Metas: Coordenar junto com a
603 Comissão de Atos Normativos proposta de lei para criação oficial do CONADE e instituição da
604 Conferência Nacional. 1.2 - Revisar e reeditar a cartilha “Diretrizes para criação de Conselhos”. 1.3 -
605 Capacitar Conselheiros do CONADE, através de oficinas e mini cursos. 1.4 - Promover e consolidar a
606 implantação de Conselhos Estaduais em Roraima, Mato Grosso, Acre, Alagoas, Amapá e Amazonas.
607 1.5 - A partir dos Conselhos estaduais existentes, priorizar a implantação de Conselhos Municipais
608 onde haja tal demanda, através de fóruns e de outros meios de organização social dos locais. 1.6 -
609 Sugerir e acompanhar a adequação do curso por *internet* de capacitação de Conselheiros promovido
610 pela Agere (contratado pela SEDH - checar*), a fim de ser utilizado também na capacitação presencial
611 dos conselheiros e através de outros meios (antena parabólica, rádio, etc). 1.7 - Capacitar conselheiros
612 multiplicadores através do III Encontro Nacional de Conselhos. 1.8 - Elaborar cronograma de visitas
613 aos Conselhos Estaduais e Municipais. 1.9 - Informar bimestralmente todos os Conselhos Estaduais e
614 Municipais sobre as atividades desenvolvidas no CONADE, através de um informativo elaborado pela
615 Comissão de Articulação de Conselhos. Será remetido via *internet* e correio. 1.10 - Realizar duas
616 reuniões itinerantes da Comissão de Articulação de Conselhos nas regiões Sul e Nordeste. 1.11 -
617 Priorizar a viabilização da participação plena dos Conselheiros Suplentes nesta Comissão, alterando
618 este item do Regimento Interno”. Passou ao ponto “2 - Desenvolver ações que visem à articulação do
619 CONADE com os diferentes Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência. 2.1 - Consolidar
620 interfaces entre os conselho nacionais de direitos por meio de reuniões bimestrais com representantes
621 destes conselhos. 2.2 - Desenvolver cursos de capacitação de conselheiros em parceria com os
622 conselhos afins”. Ponto “3 - Propor e coordenar a realização da II Conferência Nacional”. Ponto “4 -
623 Propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa
624 com deficiência. 4.1 - Articular parceria junto a instituições e órgãos de pesquisa”. Passou ao único
625 processo enviado a Comissão “IV - Em atenção à solicitação encaminhada ao CONADE pelo Fórum
626 Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – MT. A Comissão deliberou: Enviar
627 material solicitado – Decreto 5296, Cartilha diretrizes para criação de Conselhos, relatório final da I
628 Conferência Nacional, cartilha do CONADE e recomendação para que recorram ao código
629 internacional de doenças, (CID 10), para efetuar o enquadramento da pessoa com deficiência conforme
630 preconiza a legislação vigente; estabelecer contato telefônico imediato, a fim de dar ciência do
631 recebimento da solicitação e dizer que o material requisitado está sendo encaminhado”. A **Sr^a.**
632 **Niusarete Margarida de Lima** orientou que o próprio CONADE enviasse a Secretaria de Direitos
633 Humanos, ao Subsecretário, as questões relacionadas ao Curso Agere, em função dos problemas
634 detectados durante a execução do mesmo. A Conselheira **Martinha Clarete D. dos Santos**, em seu
635 relato, comunicou ter sido informada que o Ministério das Relações Exteriores não faria parte da
636 Comissão e que, portanto, estariam desfalcados. O Conselheiro **José Cláudio BARRIGUELLI** sugeriu, com
637 base nos pontos 1.9 e 1.11, associar articulação de Conselhos com comissão de visitas. A Conselheira

638 **Martinha Clarete D. dos Santos** esclareceu terem discutido isso, mas que essa seria uma meta para o
639 segundo plano. O Conselheiro **Adilson Ventura** pediu esclarecimentos sobre a questão do MRE. O
640 **Sr. Fernando Ribeiro**, representante do MRE, esclareceu que na ocasião da escolha de Comissões
641 que iriam participar, por falta de condições físicas, o MRE não pôde estar representado junto ao
642 CONADE, não fazendo assim a sua escolha e que agora encontram-se aguardando os trâmites,
643 orientados pela Secretaria Executiva do CONADE, para se pronunciarem. O Conselheiro **FLÁVIO**
644 **OLIVEIRA** e o Conselheiro **Adilson Ventura** destacaram a importância do MRE na Comissão e
645 pediu para que o MRE reconsiderasse a sua posição. O Conselheiro **Cristiano Cláudio Torres** pediu
646 para que fosse realmente analisada a questão da situação dos suplentes, ponto 1.11. A Conselheira
647 **Maria do Carmo Tourinho Ribeiro** enfatizou que, em sendo o suplente de outra entidade, deve-se
648 dar prioridade ao suplente. A Conselheira **Cândida Maria Carvalheira Bittencourt** se manifestou
649 contra o ponto 1.11. Após discussão a cerca do assunto que ficou em torno da legitimidade ou não da
650 participação dos suplentes, até mesmo em relação ao Regimento, chegou-se ao consenso de que o
651 relatório estaria aprovado como está com a sugestão da mesa que o ponto 1.11 iria para Comissão de
652 Atos Normativos para um estudo da situação real em relação ao Regimento e a participação dos
653 Conselheiros suplentes. Passou-se ao ponto 4. **Análise do pedido de vistas da FENAPAE/FENASP**
654 **relativo ao processo da Comissão de Atos Normativos nº 18/2005 – Cartilha sobre educação de**
655 **peças com deficiências da Procuradoria da República - Relato inicial: Conselheira Maria**
656 **Aparecida Gurgel.** A Conselheira **Maria Aparecida Gugel** pediu a retirada de pauta do processo
657 para melhor instrução do mesmo, em virtude do CONADE já ter se manifestado anteriormente a
658 respeito da educação inclusiva em escolas regulares na Resolução nº 08/2001, fazendo uma
659 recomendação ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação. E o fato de no Parecer
660 identificar instituições que integram o CONADE. Pediu, para tanto, que a Secretaria lhe enviase
661 informações do encaminhamento do ofício da recomendação emitida pelo CONADE. O Conselheiro
662 **José Cláudio Barriguelli** colocou como proposta que pontos que sejam retirados de pauta em uma
663 reunião, independente de motivo, volte na próxima reunião como primeiros pontos de pauta. Colocada
664 em votação a proposta foi aprovada. Passou-se ao ponto 5. **Análise do pedido de vistas da CORDE**
665 **relativo ao processo da Comissão de Políticas Públicas nº 10/2004 - Legenda em filme nacional -**
666 **Relato inicial: Conselheira Maria Madalena Nobre. Proposta: 1 - Dar conhecimento deste**
667 **documento a Agência Nacional de Cinema e verificar se essa Instituição está obedecendo o art. 2º, §**
668 **6º, Inciso 3º do Decreto 5296 de dezembro de 2004 que versa sobre a matéria; 2 - Enviar documento a**
669 **ANCINE convidando-os para trabalharem juntamente com a CORDE afim de encontrar as soluções**
670 **adequadas ao assunto, para com isso garantir o acesso das pessoas com deficiência auditiva aos filmes**
671 **nacionais; 3 – Enviar ofício ao Conselho Superior de Cinema solicitando pronunciamento sobre a**
672 **questão em pauta para promover o acesso da pessoa com deficiência auditiva a informação e a**
673 **comunicação; 4 - Enviar ofício aos demais órgãos competentes, além de produtores e distribuidores e**
674 **setores da sociedade que tenham interesse no assunto; 5 - Solicitar o CONADE para acompanhamento**
675 **dos resultados e dos encaminhamento sugeridos nos itens anteriores; 6 - Cientificação as**
676 **Excelentíssimas Senhoras Procuradoras Federal e Regional dos Direitos do Cidadão sobre o**
677 **atendimento aos termos dos ofícios de nºs 1138/2004 e 1180/2005 da Procuradoria da República no**
678 **Município de Piracicaba. Deliberação:** Aprovação do parecer da Conselheira **Maria Madalena Nobre.**
679 Encaminhamento de resposta ao Ministério Público de Piracicaba com o Parecer da relatora do
680 processo, Conselheira **Maria Madalena Nobre.** Encaminhamento de ofício ao Ministério da Cultura
681 abordando os temas “legenda em LIBRAS e em áudio descrição” e “livro acessível”. O ofício deverá
682 ser entregue por meio da Conselheira **Ritamaria Aguiar** em audiência com o ministro. Em seguida
683 passou ao próximo ponto de pauta: 6. **Informe da Comissão Técnica Provisória do Estatuto da**
684 **Pessoa com Deficiência.** O Conselheiro **FLÁVIO OLIVEIRA**, Coordenador provisório desta
685 Comissão apresentou um breve relatório de como ocorreu sua Comissão: 1 – Disse que sua reunião
686 começou com ajustes de número de conselheiros, já que estava a mais do que previa o regimento,
687 então seria necessário que abdicassem dois da área governamental e dois da área não-governamental
688 para que pudessem começar a reunião. 2 – Acordaram em tratar única e exclusivamente à cerca do
689 Estatuto. 3 - Fez-se um nivelamento dos conhecimentos dos conselheiros, a partir da leitura dos
690 documentos que serviam de base para a Comissão: tanto os Projetos de Lei que já estão em tramitação,
691 como o texto da Conferência da Convenção da ONU. Este relatório foi aprovado por unanimidade. O

692 Presidente **Alexandre Carvalho Baroni** passou ao próximo ponto de pauta: **7. Avaliação da I**
693 **Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.** Convidou para fazer parte da Mesa,
694 as conselheiras: **Cândida Maria Carvalheira Bittencourt**, Coordenadora Geral da Conferência;
695 **Izabel M. Madeira de L. Maior**, Coordenadora Técnica da Conferência; **Niusarete Margarida de**
696 **Lima**, Coordenação de Logística, e a Conselheira **Ritamaria Silva de Aguiar**, Coordenadora de
697 Comunicação. Antes do primeiro pronunciamento a respeito da referida Conferência, O Conselheiro
698 **Alexandre Carvalho Baroni** pediu ponderação dos conselheiros para ouvir as coordenadoras à cerca
699 da avaliação da Conferência, advertindo para a importância de avaliar os pontos positivos e negativos
700 para nortear os trabalhos da II Conferência Nacional. A Conselheira **Ritamaria Silva Aguiar** falando
701 em nome da Divisão de Comunicação, ressaltou que o trabalho consistiu em agendamento,
702 acompanhamento, articulação de todas as propostas que deveriam ser veiculadas à mídia e entre
703 mídias, a elaboração de matérias, relação da imprensa, que poderia ser acionada. A Conselheira **Izabel**
704 **M. Madeira de L. Maior** na sua avaliação, informou que o tema Acessibilidade foi composto por três
705 mesas, onde na primeira mesa houve colocação da plenária para que a leitura do regimento e do
706 regulamento fosse o primeiro item da pauta, provocando uma grande confusão; a segunda mesa teve
707 dificuldade de ser terminada devido ao grande número de perguntas feitas à Comissão Técnica, o que
708 não aconteceu na terceira mesa, pois não houve a parte referente às perguntas. A Conselheira **Izabel**
709 **M. Madeira de L. Maior** informou ainda que os Produtos: Resoluções e Moções já estão disponíveis,
710 porém, com uma série de erros, já que o trabalho da relatoria não terminou. Informou também que dos
711 treze painéis estabelecidos para o dia treze, três não aconteceram: o da CORDE, o do INSS e o do
712 MCT, isso porque algumas pessoas responsáveis pelos painéis continuaram na plenária discutindo o
713 regimento e o regulamento; já os painéis do dia quatorze transcorreram normalmente sem nenhum
714 problema. Ressaltou que os produtos que ainda estão sendo elaborados: relatório final e os anais da
715 Conferência, dependem da degravação pela firma Aplauso, para que o grupo de relatoria e a CORDE
716 possam terminar o trabalho, mas que as deliberações e moções já estão na página do CONADE. Ainda
717 na sua explanação sobre a Conferência, a Conselheira **Izabel M. Madeira de L. Maior** chamou a
718 atenção para algumas reflexões: 1 - A necessidade de investir mais na capacitação de conselheiros; 2 -
719 Que apesar de terem votado tudo, a qualidade do material produzido poderia ter sido melhor, que o
720 conteúdo político foi bom, mas o conteúdo técnico, não, esse falhou; 3 - Que o regimento e o
721 regulamento devem ser previamente discutidos e pactuados antes da Conferência, sendo esse ponto
722 importante para o sucesso da Conferência; 4 - As etapas estaduais devem ser completadas com no
723 mínimo dois meses de antecedência da etapa nacional, isso não apenas para a preparação do material,
724 mas principalmente porque os delegados precisam ser credenciados, informados dos seus direitos, das
725 suas obrigações; os governos estaduais precisam ter tempo suficiente para poder fazer um investimento
726 financeiro; 5 - Proposta de quatro dias para o próxima Conferência, e não apenas três; 6 - Sugestão de
727 reduzir o número de delegados estaduais para 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), guardada a
728 proporcionalidade em relação à população, e aumentar o número de convidados oficiais e o número de
729 entidades da Sociedade Civil e de Ministérios envolvidos na elaboração da Conferência; 7 - Sugestão
730 de ter transporte acessível de Brasília para a próxima Conferência, já que tiveram muitos problemas
731 nesta, pois o transporte foi todo de fora. Após as reflexões, a Conselheira **Izabel M. Madeira de L.**
732 **Maior** encerrou a sua avaliação apresentando algumas fotografias em homenagem àqueles que ficaram
733 até tarde, quando terminou a votação das moções. Em continuidade à avaliação da Conferência, a
734 Conselheira **Cândida Maria Carvalheira Bittencourt** apoiou as sugestões feitas pela Conselheira
735 Izabel, e enfatizou a importância de preparar tudo antes da Conferência, inclusive, o regimento.
736 Também falou dos problemas de não terem tido quartos adaptados suficientes para as pessoas com
737 deficiência. A Sra. **Niusarete Margarida de Lima** reforçou tudo o que foi colocado pelas
738 coordenadoras que a antecederam, dizendo que realmente têm que pensar em todos os pontos
739 colocados, considerados como falhas, e que essas falhas aconteceram devido à falta de experiência, por
740 ser a I Conferência. Terminada as avaliações da Coordenação Geral da Conferência, O Presidente
741 **Alexandre Carvalho Baroni** franqueou a palavra ao Plenário, em ordem de inscrição, para eventuais
742 dúvidas e questionamentos. A Conselheira **Martinha Clarete D. dos Santos** pediu que, se possível,
743 evitassem marcar reunião na quinta-feira, pois é um dia difícil para ela estar presente. Argumentou a
744 favor da leitura e aprovação do regimento como primeiro item de pauta das reuniões. A respeito da
745 avaliação da Conferência, comentou que deveriam fazer uma análise política e não uma avaliação

746 individual, subjetiva dos delegados. Falou também que a I Conferência foi um marco, onde os limites,
747 desafios e lições aprendidas resumem o caminho em que devem trilhar para que a II Conferência possa
748 ser ainda melhor, e que contribuirá enquanto representante dos conselhos, na capacitação dos
749 conselheiros municipais e estaduais e de sua própria coordenação. O Conselheiro **José Cláudio**
750 **Barriguelli** ressaltou que a Conferência é um processo de construção, de desenvolvimento, de
751 educação e do aprendizado do controle social, e que por isso não precisaria exigir do delegado
752 exigências que não são naturais dele; falou que a Conferência vai ser mais política ou mais técnica
753 dependendo de como as pessoas se organizam. O Conselheiro **Flávio Henrique de Souza** apoiou a
754 leitura anterior do regimento e falou que as propostas levadas às plenárias deveriam ser aquelas tiradas
755 nos municípios e nos estados, e essas propostas terem sido votadas nas plenárias, porque do contrário,
756 não teria a necessidade de se fazer as conferências municipais e estaduais. A Conselheira **Shirley**
757 **Vilhalva** enfatizou a necessidade de a comunidade surda participar dos conselhos. A Conselheira
758 **Izabel M. Madeira de L. Maior** tanto apoiou esse ponto, como pediu para que o CONADE e a
759 CORDE patrocinem um diálogo entre a comunidade surda, usuária de libras e a oralizada. O
760 **Conselheiro JOELSON DIAS** propôs que logo disponibilizado os anais, o texto final das resoluções e
761 moções, o CONADE realize uma Reunião Extraordinária, em novembro, em dois dias, para discutir
762 única e exclusivamente as propostas, as resoluções aprovadas na Conferência. **8. Plano de Ação do**
763 **CONADE 2006/2008 – Presidente do CONADE e Coordenadores de comissões Permanentes e**
764 **Provisórias.** O Presidente **Alexandre Carvalho Baroni** informou que a partir de tudo que discutiram
765 nos dois dias a partir das comissões, a presidência vai ter que trabalhar junto com a Secretaria
766 Executiva e a Presidência Ampliada na formatação desse Plano de Ação, e que seria impossível fazer
767 isso no momento, dado não só o tempo, mas também a questão do que estão tentando trabalhar. Disse
768 que na medida do possível encaminhará a todos, primeiro à Presidência Ampliada, depois aos
769 conselheiros, e ainda que não consigam fazer isso de forma completa, terão o apoio da Secretaria
770 Especial de Direitos Humanos. Falou também que nesse ponto de pauta se sentiam contemplados. **9.**
771 **Informes Gerais.** 1 - Foi aprovado para a próxima Reunião Ordinária, os dias quatro, cinco e seis de
772 outubro, no Ministério Público Federal. 2 - O Presidente **Alexandre Carvalho Baroni** apresentou
773 relato da participação do CONADE em eventos: Audiência Pública a respeito da minuta de decretos
774 sobre acesso das pessoas com deficiência visual, com seus cães guias em ambientes públicos e
775 privados – participação da Conselheira Martinha Clarete D. dos Santos; o encontro entre os Conselhos
776 Municipais de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, os sete municípios que compõem o
777 grande ABC Paulista – também a Conselheira Martinha Clarete D. dos Santos; o I Seminário dos
778 Trabalhadores com Deficiência em Educação Pública do Paraná, Trabalho Educação, Organização e
779 Debate – também a Conselheira Martinha Clarete D. dos Santos; a Câmara Técnica, proposta do Brasil
780 ao texto final da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – participação da
781 presidência do CONADE, participação da Conselheira Maria Aparecida Gugel, o Conselheiro
782 JOELSON DIAS, como representante do CONADE; o Fórum Paulista de Acompanhamento da
783 Campanha da Fraternidade – com a participação do Conselheiro Antonio Carlos Sestaro; o Fórum
784 Estadual de Educação Inclusiva em Santa Catarina – com a participação do Conselheiro Adílson
785 Ventura; a posse do Conselho Estadual dos Direitos da pessoa com Deficiência no Estado do Rio
786 Grande do Sul – com a participação do Conselheiro Janilton Fernandes; o Seminário e Monitoramento
787 da Implantação do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Distrito Federal
788 – com a participação do Conselheiro JOELSON DIAS; Audiência Pública Desigualdade Racial no
789 Mercado de Trabalho – com a participação da Conselheira Maria Aparecida Gugel; o II Encontro
790 Estadual de Profissionais, que atuam com alunado surdos e cegos e múltiplas deficiência sensorial em
791 Mato Grosso do Sul, em Campo Grande – com a participação da Conselheira Shirley Vilhalva. **10.**
792 **Encerramento.** O Presidente **Alexandre Carvalho Baroni** encerrou a reunião, agradecendo a
793 participação de todos os presentes.

794
795
796 **ALEXANDRE CARVALHO BARONI**
797 Presidente do CONADE